



A PEDAGOGIA DA ESCUTA SILENCIOSA: INCLUSÃO EM CONSTRUÇÃO NO CONTEXTO DO PIBID

Marilandia Martins de Almeida Machado ¹

Cledimar Neves de Melo ²

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência sobre a inclusão de uma aluna surda no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao curso de Pedagogia. A partir de uma abordagem qualitativa, buscou-se compreender os desafios, estratégias e aprendizagens vivenciadas ao longo do processo de participação dessa aluna no programa. A experiência evidenciou que a presença de estudantes com deficiência no Ensino Superior exige mais do que o cumprimento de legislações: demanda ações concretas, diálogo institucional e reinvenção das práticas pedagógicas. Inicialmente, a falta de intérprete de Libras e o despreparo das escolas revelaram barreiras à efetiva participação da bolsista. Contudo, com articulação entre universidade, escola, NAPNE e demais envolvidos, foi possível reorganizar sua atuação em um novo contexto escolar, onde se iniciou um processo significativo de inclusão e alfabetização bilíngue. A atuação da aluna provocou reflexões no grupo sobre acessibilidade, escuta ativa e a construção de uma prática docente mais sensível à diversidade. A experiência reforça que a inclusão é um processo coletivo, dinâmico e contínuo, e que a formação de professores deve contemplar vivências concretas com a diferença. A “Pedagogia da Escuta Silenciosa”, conceito norteador deste estudo, destaca a importância de ouvir para além da oralidade, reconhecendo a Libras e outras formas de expressão como legítimas e transformadoras. Conclui-se que a inclusão de estudantes surdos em programas como o PIBID contribui significativamente para a construção de uma formação docente mais crítica, humana e comprometida com uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Surdez, PIBID, Libras, Pedagogia da escuta.

INTRODUÇÃO

Atualmente, observa-se um crescimento significativo no número de estudantes público-alvo da educação especial no Ensino Superior. Diante dessa realidade, as Instituições de Ensino Superior (IES) precisam se adaptar, pois essa tendência tende a se intensificar, pois, de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, coordenadora de área do PIBID – Pedagogia, IFRO Campus Porto Velho Zona Norte, marilandia.machado@ifro.edu.br.

² Especialista em Gestão Escolar Integrada com ênfase em Administração, Inspeção, Supervisão e Orientação Escolar. Professora do Ensino Básico, na E.M.E.F Senador Darcy Ribeiro, Supervisora do PIBID – Pedagogia, IFRO Campus Porto Velho Zona Norte cledimarmelo23@gmail.com.



da Pessoa com Deficiência (PCD) a educação é um direito da pessoa com deficiência, devendo ser assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e que promova o aprendizado ao longo da vida, visando a garantia do desenvolvimento máximo das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais desses indivíduos, respeitando suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A inclusão de estudantes com deficiência representa um desafio complexo e urgente no contexto educacional brasileiro. Garantir o acesso a oportunidades acadêmicas constitui apenas o primeiro passo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. A participação plena e efetiva desses estudantes exige a superação de barreiras comunicacionais, culturais e metodológicas que ainda persistem nas instituições de ensino. Tais barreiras só podem ser superadas com a presença efetiva das pessoas com deficiência no cotidiano educacional, pois é por meio da vivência que se torna possível identificar e implementar melhorias concretas. Assim, avança-se do discurso para a efetivação da prática inclusiva.

Apesar dos avanços legais e da presença do tema da inclusão nas agendas de políticas públicas, o caminho para uma inclusão efetiva ainda é longo. Embora existam diversas leis que asseguram o acesso à educação, muitas vezes tais dispositivos não são suficientes para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência no ambiente escolar e universitário. Isso se deve, em grande parte, à ausência de políticas institucionais articuladas, à falta de formação adequada dos profissionais da educação e à escassez de recursos acessíveis que atendam às necessidades específicas desses alunos.

Além disso, atitudes capacitistas e a visão ainda predominante de que a inclusão é uma adaptação pontual, e não um processo estrutural, comprometem a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino avancem para além do cumprimento formal das legislações, promovendo práticas pedagógicas inclusivas, formação continuada dos docentes e a escuta ativa dos próprios estudantes com deficiência, a fim de assegurar sua permanência, participação e aprendizado com equidade.

No campo da formação docente, programas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) exercem um papel estratégico ao proporcionar aos futuros professores o contato direto com a diversidade e com os desafios da prática pedagógica inclusiva. A inserção de alunos surdos como bolsistas nesse programa não apenas amplia a representatividade, como também provoca transformações nas concepções e nas práticas dos demais participantes. Ter uma aluna surda integrando o grupo desafia-nos diariamente a sair da zona de conforto, a estudar, pesquisar e buscar constantemente novos caminhos para uma prática pedagógica mais sensível, acessível e eficaz.





Essa experiência reforça a compreensão de que a educação não é um ato solitário, mas um processo essencialmente coletivo, no qual todos os envolvidos, docentes, discentes e comunidade atuam colaborativamente na construção do conhecimento e na busca de um objetivo comum: uma educação verdadeiramente inclusiva, que respeite as singularidades e promova o aprendizado de todos. Dessa forma, em diversos momentos, torna-se indispensável criar estratégias e traçar novos caminhos, uma vez que a inclusão exige constante reinvenção da prática pedagógica.

Este artigo apresenta um relato de experiência sobre a atuação de uma aluna surda no PIBID, vinculada ao curso de Pedagogia, destacando os processos de inclusão em construção que emergiram dessa vivência. A expressão “Pedagogia da Escuta Silenciosa” foi escolhida para simbolizar a necessidade de aprender a ouvir e dialogar para além da oralidade tradicional, valorizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outras formas de comunicação.

Por meio desse relato, busca-se discutir os principais desafios enfrentados, as estratégias adotadas e as reflexões geradas ao longo do percurso, evidenciando que a inclusão é um processo dinâmico, marcado por adaptação, aprendizagem contínua e constante replanejamento. Dessa forma, o artigo contribui para o aprofundamento do debate sobre a formação docente inclusiva, ressaltando a importância do convívio e da escuta atenta como elementos transformadores da prática pedagógica.

METODOLOGIA

Este artigo apresenta um relato de experiência desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com foco na inserção de uma aluna surda no curso de Pedagogia. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que permite compreender as vivências, desafios e aprendizagens a partir da interação entre os participantes e o contexto educacional. Para Lüdke e Menga (1986, p.12) “A pesquisa qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitude”.

Os caminhos metodológicos incluíram a observação participante nas atividades realizadas pela aluna no PIBID, bem como a participação nas reuniões e encontros do grupo de bolsistas e orientadores. Essa prática permitiu uma compreensão aprofundada do processo de inclusão em construção, incluindo as adaptações e replanejamentos necessários para a participação plena da aluna. Nessa perspectiva, concordamos que “A observação participante



é uma técnica que permite ao pesquisador inserir-se no contexto investigado, vivenciando e compreendendo o cotidiano dos sujeitos (Lücke; Menga, 1986, p. 36).

Foram utilizadas como técnicas de pesquisa a observação direta e registros reflexivos, feitos pela equipe orientadora e pelos bolsistas envolvidos, além de um diálogo constante com a aluna e os intérpretes de Libras que a acompanham. Também foram analisados documentos institucionais, como o edital do PIBID e as normativas que garantem o direito à acessibilidade.

Os instrumentos de coleta de dados envolveram:

- Diários de campo e anotações reflexivas;
- Registros em reuniões e momentos de planejamento coletivo;
- Relatos orais e escritos dos participantes;
- Documentos oficiais do programa e da legislação educacional.

A análise dos dados seguiu a perspectiva qualitativa, buscando identificar as categorias emergentes relacionadas aos desafios da inclusão, as estratégias adotadas e os aprendizados gerados no processo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão educacional, entendida como o direito de todos os estudantes de terem acesso, participação e permanência na escola regular, tem sido amplamente discutida em diversos campos da educação. Segundo Mantoan (2003), a inclusão vai além da simples inserção física do aluno com deficiência no ambiente escolar; trata-se de um processo que envolve mudanças nas práticas pedagógicas, na organização da escola e na formação dos profissionais da educação.

No que diz respeito à surdez, Skliar (2006) destaca a importância de reconhecer a língua de sinais como um meio legítimo de comunicação e como componente cultural fundamental para a identidade surda. A partir dessa perspectiva, a inclusão de alunos surdos requer o respeito e a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como a adequação das práticas educacionais para assegurar sua participação plena.

A “Pedagogia da Escuta Silenciosa”, como conceito que inspira este estudo, pode ser compreendida à luz da obra de Paulo Freire (1996), que enfatiza a escuta ativa e o diálogo como elementos centrais para a construção do conhecimento. No contexto da inclusão, essa escuta envolve não apenas ouvir verbal, mas a atenção aos diversos modos de expressão e comunicação, ampliando o horizonte do ensino e da aprendizagem.



Compreendemos que é principalmente por meio do diálogo que se promove o verdadeiro entendimento do outro, o que torna o ato de ouvir essencial nesse processo. Nessa perspectiva, Freire (2002, p. 10) destaca que “A construção de relações dialógicas sob os fundamentos da ética universal dos seres humanos, enquanto prática específica humana implica a conscientização dos seres humanos, para que, possam de fato inserir-se no processo histórico como sujeitos fazedores de sua própria história”. No caso da presença de uma aluna surda, esse “ouvir” assume uma forma particular: trata-se de uma escuta ativa e silenciosa, pautada na observação atenta e na sensibilidade para interpretar os sinais que mediam a comunicação.

Nesse contexto, os intérpretes de Libras desempenham um papel fundamental, pois são o elo comunicacional entre o aluno surdo e os demais participantes do processo educativo. Essa mediação exige não apenas domínio técnico da língua de sinais, mas também empatia, paciência e disponibilidade para estabelecer uma relação de confiança entre os sujeitos envolvidos. Assim, a experiência de inclusão se fortalece na medida em que todos se abrem para ouvir, ainda que em silêncio, e se colocam disponíveis ao outro em sua singularidade, por conseguinte, pautamos numa educação que comprometida com construção de espaços democráticos e interativos, essencialmente dialógicos (Rodrigues, 2022).

A formação docente, por sua vez, deve contemplar a preparação para lidar com a diversidade, conforme preconizado por Vygotsky (1984), para quem o desenvolvimento humano é mediado pela interação social e cultural. Essa perspectiva reforça a necessidade de que futuros professores vivenciem e reflitam sobre práticas inclusivas durante sua formação, como ocorre no PIBID, onde o contato direto com a realidade escolar e com a diversidade propicia aprendizagens significativas.

Além disso, autores como Booth e Ainscow (2002) ressaltam que a inclusão é um processo em constante construção, que demanda flexibilidade, sensibilidade e comprometimento institucional para superar barreiras e promover uma educação para todos. Esses referenciais teóricos fundamentam a análise da experiência relatada, permitindo compreender a inserção da aluna surda no PIBID não apenas como um fato isolado, mas como parte de um movimento maior de transformação na formação docente e nas práticas pedagógicas inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO





A experiência vivenciada com a aluna surda no PIBID revelou, desde o início, os limites e possibilidades concretas do processo de inclusão em espaços formativos. No momento da sua seleção como bolsista, buscamos alocá-la em uma escola próxima de sua residência, no turno vespertino. No entanto, desde o primeiro contato com o ambiente escolar, emergiu um obstáculo estrutural: a ausência de intérprete de Libras para acompanhá-la nas atividades. Sobre esses profissionais são denominados também como tradutores-intérpretes de língua de sinais (TILS) (Lacerda e Gurgel, 2011).

Na escola parceira, ninguém da equipe sabia se comunicar em Libras. A presença da aluna era permitida, mas sua participação efetiva não era garantida configurando uma exclusão silenciosa, mas presente. Essa constatação mobilizou uma série de diálogos institucionais, envolvendo a coordenação de área do PIBID, a coordenação do curso de Pedagogia, a equipe do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), a supervisão escolar e demais envolvidos. Iniciou-se, assim, um processo coletivo em busca de alternativas para assegurar o direito à acessibilidade. Tal realidade corresponde ao apresentado por Santos (2013, p. 81), trata-se de uma:

[...] responsabilidade do processo de inclusão educacional do coletivo para o individual, na medida em que coloca no professor e na escola/universidade o ônus pela tarefa de se garantir as condições de acessibilidade pedagógica e física de todo processo educacional para todas as pessoas.

Durante as conversas com supervisores de outras escolas parceiras, soubemos que uma das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendida pelo PIBID no período noturno, contava com alunos surdos em processo de alfabetização. A possibilidade de realocar a bolsista para essa escola foi avaliada e apresentada à coordenação, ao NAPNE e, posteriormente, à própria aluna. A proposta foi recebida com entusiasmo. A mudança de turno viabilizou a atuação de intérpretes no período da noite, garantindo a mediação linguística necessária.

No dia da inserção da aluna na nova escola, estive presente para acompanhar esse recomeço. No entanto, nos deparamos com a realidade de que o aluno surdo da EJA estava praticamente evadido. Ainda assim, a escola mobilizou esforços coletivos, entrou em contato com familiares e conseguiu que o aluno retornasse para conhecer a nova bolsista e participar das atividades planejadas, voltadas para a alfabetização de pessoas surdas.

A presença da acadêmica surda no novo ambiente foi transformadora. Ela passou a participar com mais segurança e envolvimento das atividades do PIBID, enquanto o aluno da EJA deixou de ser considerado um aluno evadido, dando início a um processo real de



escolarização e acolhimento. Essa conexão favoreceu o desenvolvimento de práticas bilíngues (Libras e Língua Portuguesa) e de estratégias específicas para o ensino de pessoas surdas.

Posteriormente, a equipe passou a contar com o apoio voluntário de uma professora formada em Letras–Libras, que tem contribuído significativamente para a adaptação das práticas pedagógicas e para a reflexão sobre a formação docente bilíngue da aluna. É importante destacar, ainda, o papel central dos intérpretes envolvidos, que atuaram de forma muito mais ampla do que a mera tradução linguística: foram agentes ativos na mediação pedagógica, na construção de vínculos e no suporte cotidiano das atividades.

Dentre as ações desenvolvidas pela bolsista, destaca-se a apresentação de uma peça teatral em Libras e a proposição de atividades de alfabetização específicas para o aluno surdo da EJA. Sua interação com a turma tornou-se cada vez mais significativa, tanto no espaço escolar quanto nas discussões e reflexões promovidas dentro do próprio curso de Pedagogia.

Entretanto, o processo não ocorreu sem novos entraves. Em determinado momento, a garantia do acompanhamento por intérpretes foi novamente ameaçada, em razão de uma interpretação normativa que excluía estudantes da modalidade de Educação a Distância (EAD) do direito à acessibilidade linguística. Essa situação exigiu nova mobilização institucional, na tentativa de assegurar, por todos os meios possíveis, o pleno direito da aluna à participação nas atividades do programa. Isso demonstra as limitações encontradas nas leis que tratam o assunto, pois mesmo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que afirma que na educação superior, deve promover ações que envolvam:

[...] o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (Brasil, 2008, p. 17).

Os resultados dessa experiência demonstram que a inclusão, para além dos discursos legais, é um processo vivo, construído no cotidiano, que exige diálogo constante, escuta sensível, e disposição para enfrentar desafios imprevistos. Mais do que a adaptação da aluna surda ao programa, foi o programa e todos os seus sujeitos que precisaram se transformar para tornar-se, de fato, inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste artigo evidencia que a inclusão de uma aluna surda como bolsista do PIBID não apenas amplia o alcance das políticas educacionais inclusivas, mas também provoca profundas transformações nas práticas pedagógicas, nas relações interpessoais e nas concepções de ensino e aprendizagem. Mais do que garantir a presença física, foi necessário criar condições reais para a participação, o pertencimento e o protagonismo dessa aluna em um espaço de formação docente.

Os desafios enfrentados desde a ausência inicial de intérpretes até a reorganização da estrutura do programa para garantir o acesso revelam que a inclusão não ocorre de forma automática ou linear. Ao contrário, trata-se de um processo em constante construção, que exige escuta, flexibilidade, articulação institucional e compromisso coletivo. Essa caminhada foi marcada por tensões, dúvidas e incertezas, mas também por aprendizados significativos e resultados potentes, tanto para a aluna quanto para os demais envolvidos.

A atuação da bolsista surda não só contribuiu para o processo de alfabetização de um aluno da EJA, como também provocou mudanças nas concepções de ensino dos demais bolsistas e professores participantes do PIBID. Sua presença tornou-se um eixo catalisador para práticas bilíngues e reflexões mais profundas sobre o que significa ensinar e aprender em contextos de diversidade.

Concluímos, assim, que a inclusão de estudantes surdos em programas como o PIBID é não apenas viável, mas necessária para a efetiva transformação da formação docente. Quando nos dispomos a escutar mesmo que em silêncio e a aprender outras formas de ensinar, abrimos caminho para uma educação mais justa, plural e humana.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à aluna bolsista que protagonizou essa experiência e que, com coragem e sensibilidade, nos ensinou novas formas de escutar e incluir.

À equipe de intérpretes de Libras, pelo comprometimento e dedicação, ampliando os sentidos da mediação pedagógica e contribuindo para o sucesso do trabalho desenvolvido.

À professora voluntária de Letras–Libras, pelo apoio técnico e pedagógico essencial para a construção de práticas bilíngues na formação docente.

Ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), pelo diálogo permanente e suporte nas decisões e reorganizações necessárias ao processo de inclusão.

À coordenação institucional do PIBID, aos supervisores das escolas parceiras e aos bolsistas do subprojeto, pelo trabalho coletivo e pela disposição em repensar práticas com sensibilidade e abertura.



Aos gestores da Escola Municipal de Ensino Fundamental Senador Darcy Ribeiro, que gentilmente abriram as portas para a atuação do RIBID e acolheram nossa proposta com respeito e compromisso.

Por fim, à aluna da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja presença reafirmou o propósito e a potência da inclusão na educação pública.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Índex para Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Tradução de Luísa Maria Pinho. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

LACERDA, C. B. F.; GURGEL, T. M. A. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.3, p.481-496, Set.-Dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vgRJr46ZgrCmcRM5wS74ktF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de julho de 2025.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: uma abordagem qualitativa.** São Paulo: EPU, 1986

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

RODRIGUES, Zélia Inez Lazaro. O conceito de diálogo na obra de Paulo Freire. In : MIGUEL, José Carlos (org.). Educação de jovens e adultos: Teoria, Práticas e Políticas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 177-192. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-310-6>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.



VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

X Encontro Nacional das Licenciaturas

IX Seminário Nacional do PIBID

